

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 919.325 - SP (2016/0130457-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : BASF SA**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO AUGUSTO GARCIA LEAL E OUTRO(S) - SP152186**  
**AGRAVANTE : PANASONIC DO BRASIL LTDA**  
**ADVOGADO : RUI GERALDO CAMARGO VIANA - SP014932**  
**ADVOGADA : FERNANDA BONILHA DAOUD E OUTRO(S) - SP220544**  
**AGRAVADO : WAEL MAMOUD**  
**ADVOGADOS : MARCOS DE MORAES BOMEDIANO - SP244195**  
**DOMINGOS FIORANTE BOMEDIANO E OUTRO(S) - SP166978**  
**INTERES. : VERA APARECIDA MICHELETO MAIA**  
**INTERES. : VERA LUISA MICHELETO MAIA LEONETTI**  
**INTERES. : ANTONIO LEONETTI JUNIOR**  
**INTERES. : MILENA APARECIDA MICHELETO MAIA RIBEIRO**  
**INTERES. : JOAO BATISTA SOARES RIBEIRO**  
**INTERES. : JOSE NICODEMOS MAIA FILHO**  
**INTERES. : SANDRA APARECIDA MARTINS DE SIQUEIRA MAIA**  
**INTERES. : RICARDO JOSE MICHELETO MAIA**  
**INTERES. : IVETE RODRIGUES MOTA MICHELETO MAIA**  
**ADVOGADO : JÚLIO APARECIDO COSTA ROCHA - SP105783**  
**INTERES. : WIREX CABLE S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : RODRIGO ALEXANDRE LAZARO PINTO - SP235177**  
**EDUARDO SIMÕES FLEURY E OUTRO(S) - SP273434**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto por **BASF S.A.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 306/307, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

**PRESCRIÇÃO** Ação de indenização por danos morais e materiais Danos contínuos e permanentes Renovação do termo inicial do prazo prescricional Prazo trienal do artigo 206, §3º, V, do Código Civil não decorrido Prescrição afastada - Precedentes do TJSP.

**LEGITIMIDADE** Legitimidade da ré para figurar na ação, pois, em tese, faz parte da relação jurídica que gerou o evento danoso.

**LITISCONSÓRCIO** Litisconsórcio passivo facultativo Inteligência do art. 46 do CPC Apuração de responsabilidade de cada réu no momento oportuno.

**AGRAVO DESPROVIDO.**

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 237/240 e 253/256, e -STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando reconhecer a prescrição da pretensão, a ilegitimidade passiva da ré e afastar o litisconsórcio facultativo formado. O Tribunal *a quo* negou provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, alega ofensa aos artigos 189 e 206, §3º, do CC/02 e 46, 128, 460 e 535, do CPC/73. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e a prescrição da pretensão da parte recorrida.

Contrarrazões às fls. 298/304, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob os seguintes argumentos: (i) incidir a súmula 7 do STJ; e (ii) ausência de negativa a prestação jurisdicional.

Daí o presente agravo (fls. 311/318, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 342/346, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

Quanto à apontada violação dos artigos 535, do CPC/73, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - a alegação de que a parte recorrida teria pedido a condenação dos réus de forma solidária e subsidiária e não limitada à responsabilidade de cada um - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fl. 229, e-STJ):

"Por fim, é possível, no caso concreto, a formação do litisconsórcio passivo facultativo, conforme disposto no artigo 46, IV do Código de Processo Civil, **ainda que seja em tese distinta a natureza da responsabilidade civil de cada réu** e que a petição inicial também descreva fatos distintos. **Caberá ao juiz, por ocasião do julgamento do mérito, individualizar a responsabilidade de cada demandado.**".

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15), **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

**1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.**

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

**3.** No que respeita à afronta do disposto nos artigos 128 e 460, do CPC/73, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

**4.** Quanto ao mérito, melhor sorte não assiste à recorrente. Na hipótese, vale destacar que o acórdão recorrido, após análise do acervo fático-probatório, concluiu que os danos narrados na inicial são de natureza contínua e permanente.

É, aliás, o que se verifica do seguinte excerto do aresto guerreado (fls. 226/227, e-STJ):

"[...] Sustenta a agravante que a pretensão do agravado está prescrita, pois em 30/11/2009 ele teve ciência inequívoca dos fatos por meio de cópia de laudo emitido pela CETESB, tendo decorrido, desde então, o prazo de 3 (três) anos previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil. Afirma também a impossibilidade de litisconsórcio facultativo e insiste no reconhecimento de sua ilegitimidade passiva. **Sem razão a agravante.** Do que se extrai da petição inicial e **dos documentos apresentados pelo agravado**, os danos causados pelo depósito de resíduos tóxicos em seu terreno **se prolongam no tempo**, tanto que as irregularidades descritas pelo recorrido constam do Auto de Infração lavrado pela CETESB com imposição de penalidade de advertência, datado de 03/08 2012 (fls. 87/88).[...] Trata-se, portanto, ao menos em princípio, **de dano contínuo e permanente, propiciando o ajuizamento da ação indenizatória enquanto perdurar, afastando-se a prescrição.**"

Com efeito, esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que quando os danos forem de natureza sucessiva e gradual, a ação indenizatória poderá ser ajuizada enquanto perdurar o dano.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. DIES A QUO. AGRAVO DESPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que, em relação ao marco inicial do prazo prescricional, sendo os danos suscitados de índole sucessiva e gradual, a sua progressão propicia sucessivos sinistros sujeitos à proteção securitária, renovando-se, portanto, o prazo prescricional. Estará firmada a pretensão do beneficiário quando, interpelada a seguradora, esta se negar a indenizar.**

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 212.203/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 03/02/2014)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE VIZINHANÇA. ABANDONO DE TERRENO CONTÍGUO À RESIDÊNCIA DA AUTORA UTILIZADO POR TRANSEUNTES COMO LOCAL PARA CONSUMO DE DROGAS, DEPÓSITO DE LIXO E COMO "BANHEIRO PÚBLICO". PRETENSÃO COMPENSATÓRIA. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 08/07/2011. Recurso especial concluso ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é definir se está prescrito o direito da recorrida de ajuizar ação buscando a compensação de danos morais eventualmente sofridos, decorrentes de suposta violação ao direito de vizinhança por parte da recorrente.

3. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pela recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso especial.

4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência implica o não conhecimento do recurso quanto ao tema.

**5. Os danos experimentados pela recorrida são de natureza contínua e permanente, de forma que a ação reparatória ou compensatória pode ser ajuizada enquanto perdurar o dano.**

6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 1659500/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 30/10/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. DISCUSSÃO ENTRE SEGURADORA E MUTUÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. SÚMULA 83 DESTA CORTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Em se tratando de contrato de seguro habitacional obrigatório regido pelas regras do Sistema Financeiro Habitacional, possui a seguradora legitimidade passiva para figurar no feito.

**2. Acerca do termo inicial da prescrição, o entendimento desta Corte é no sentido de que a progressão dos danos no imóvel, de natureza sucessiva e gradual, dá azo a inúmeros sinistros que renovam seguidamente a pretensão do beneficiário do seguro. Precedentes.**

3. Reconhecendo o acórdão recorrido que o dano foi contínuo, sem possibilidade de definir data para a sua ocorrência e possível conhecimento de sua extensão pelo segurado, não há como revisar o julgado na via especial, para escolher o dia inicial do prazo prescricional. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1261586/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018)

Portanto, estando o acórdão do Tribunal local em consonância com o entendimento desta Corte Superior, aplicável o óbice sumular 83, do STJ.

**5. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator